



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Eixo: Relações Étnico-Raciais, povos indígenas, população negra, comunidades tradicionais e políticas sociais)

**Indissociabilidade da questão social e questão racial e o
recrudescimento do racismo estrutural nos Governos Temer e
Bolsonaro**

Karima Omar Hamdan¹
Andréa Pires Rocha²

Resumo. A população negra no Brasil tem sua realidade composta por inúmeras desigualdades sociais, nesse interim o objetivo desse artigo refere-se a compreender como a questão social se vincula a questão racial e as consequências dessa relação para a população negra em uma conjuntura de recrudescimento do racismo estrutural nos Governos Temer e Bolsonaro. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa cujos resultados revelam que os ataques impetrados contra a população negra, durante o governo Bolsonaro potencializaram a violência, a morte e o descaso no que se refere ao atendimento de necessidades sociais da referida população.

Palavras-chave: Questão social e racial; População Negra, Governos Temer e Bolsonaro.

Abstract: The reality of the black population in Brazil is made up of countless social inequalities. In the meantime, the aim of this article is to understand how the social issue is linked to the racial issue and the consequences of this relationship for the black population in a context of increased structural racism under the Temer and Bolsonaro government. This is a qualitative bibliographical study whose results show that the attacks on the black population during the Bolsonaro government have increased violence, death and neglect in terms of meeting the social needs of this population.

Keywords: Social and racial issues; Black population, Temer and Bolsonaro governments.

¹ Assistente Social, Docente do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR/Paranavaí, Mestre em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá - UEM e Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina - UEL. E-mail: karimahamdan2017@yahoo.com

² Doutora em Serviço Social e docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL), atuando na graduação e na pós-graduação. Líder do Grupo CNPQ Aquilombando a Universidade, coordenadora de projetos de pesquisa e extensão. Bolsista CNPQ – PQ2 - E-mail: andrearocha@uel.br



1. INTRODUÇÃO

A formação sócio histórica do Brasil demonstra que a constituição do país revela um lastro de desigualdade racial que repercute nas áreas econômica, social e cultural, enfim nas variadas esferas que compõem a realidade social e como fruto dessa organização a questão social emerge e suas múltiplas manifestações recaem nos segmentos populacionais mais vulnerabilizados. A nossa história colonial torna evidente que os quase quatrocentos anos de escravização de pessoas negras, repercute até os dias atuais o que revela uma indissociabilidade entre questão social e questão racial e é a partir dessa premissa que desenvolve-se este artigo.

Para que o capitalismo se mantenha como modo de produção hegemônico alguns elementos são fundamentais e na tentativa de desvendar aspectos concernentes a esse sistema é que na primeira parte desse artigo apresenta-se breves conceitos sobre a questão social, e a partir dessa delimitação percebe-se que a questão racial ganha evidência na constituição das desigualdades na realidade do país e a partir de então recorre-se a Anibal Quijano que auxilia a decifrar questões que se vinculam ao padrão de dominação estabelecido na sociedade brasileira, o que demonstra a importância de desvendar aspectos que se conectam ao colonialismo europeu, e nesse sentido torna-se evidente a existência de um modelo de dominação eurocentrado.

A seguir disserta-se sobre a múltipla composição da classe trabalhadora no Brasil, e a partir de então resta evidente a reflexão de Octavio Ianni, que entende que a questão social faz parte da constituição da sociedade brasileira, e nesse interim logra destaque a questão da classe, a questão regional, bem como a questão racial como basilares das situações de desigualdade social que assolam o país.

E para finalizar ressalta-se elementos que se referem as expressões da questão social que reverberam negativamente na vida da população negra no país e nesse interim discorre-se de forma breve sobre aspectos que se relacionam a conjuntura política brasileira, em especial no Governo de Michel Miguel Elias Temer (31/08/2016 a 31/12/2028) e no Governo de Jair Messias Bolsonaro (01/01/2019 a 31/12/2022).

2. REFLEXÕES SOBRE A INDISSOCIALIDADE ENTRE QUESTÃO SOCIAL E QUESTÃO RACIAL

A industrialização que inicialmente ocorre na Europa faz com que teóricos a partir do século XIX se interessem em conceituar a questão social. No século XX a inquietação sobre a temática prossegue. Robert Castel (1998) faz uma análise da sociedade salarial europeia



e dedica-se a estudar como a questão social se conforma e as consequências da mesma para aqueles que tem dificuldades de se manter na sociedade capitalista.

Percebe-se que, para o autor, a questão social se relaciona a dificuldade e a necessidade de se manter a coesão na sociedade, já que uma determinada parcela da população representa um potencial risco de ruptura a ordem estabelecida, conforme verifica-se na citação a seguir:

A 'questão social' é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (o que, em termos políticos, chama-se uma nação) para existir como um conjunto ligado por relações de interdependência. Essa questão foi explicitamente nomeada como tal, pela primeira vez, nos anos 1830. Foi então suscitada pela tomada de consciência das condições de existência das populações que, são ao mesmo tempo, os agentes e as vítimas da Revolução Industrial. É a questão do pauperismo (CASTEL, 1998, p. 30).

Conforme Castel (1998), a Revolução Industrial desencadeia a necessidade de uma sociedade salarial como forma de tentar fazer frente a questão social. Toda conjuntura do período deixa em evidencia os supranumerários, os desfiliaados, os desterritorializados, que estão na sociedade, mas se encontram a margem desta. E ainda, segundo o autor, o modo de tratamento destinado aos vários segmentos populacionais depende do fato destes serem aptos ou não ao trabalho.

Para Castelo (2010) as situações vivenciadas pela classe trabalhadora ganham atenção das elites econômicas e do Estado na medida em que a luta operária pressiona e ainda se organiza por intermédio de sindicatos e partidos de trabalhadores, antes disso as questões ligadas a pobreza eram tratadas a partir de ações repressivas e caritativas.

A partir dos autores consultados, algo comum é revelado a presença de uma contradição no seio da sociedade capitalista, uma vez que a riqueza é socialmente produzida, mas os frutos desta relação permanecem nas mãos de poucos. Ao fazer a leitura sobre essa perspectiva é possível remeter a análise levando-se em consideração a maior parte da população, ou seja, a classe trabalhadora. Nesse sentido a busca é por desvelar as situações de desigualdade social que se dão devido ao modo que é estruturada a sociedade.

São variados aportes sobre a questão social, porém nota-se que a questão racial, que também está imbricada nesse processo, e por vezes passa despercebida. Por isso, defende-se neste artigo a necessidade de maiores aprofundamentos e, nesse sentido, é necessário que se recorra a autores que realizam contribuições entendendo aspectos que se referem ao colonialismo europeu, trazendo perspectivas que rompem com a bússola eurocentrada que é utilizada para o entendimento das relações sociais no mundo.



Segundo Quijano (2005) existe uma estrutura de poder que se ancora no Eurocentrismo. Há então um padrão de poder que ao ser estabelecido origina um novo modo de organização mundial, trata-se da colonialidade do poder. Conforme o autor, a globalização, ainda em curso, refere-se a um processo que tem seu início a partir da dominação da América e do emergir do capitalismo. Para o estabelecimento do padrão de poder eurocentrado é necessário que haja uma classificação social da população mundial a partir da ideia de raça.

Segundo ele essa ideia de raça diz respeito um conceito determinado, com a intenção principalmente de controle do trabalho, da cultura e dos recursos pertencentes a distintos povos de variados territórios, uma vez que caracterizar alguém como Espanhol ou Português referia-se somente a um local de origem ou a procedência geográfica, todavia a partir do estabelecimento da Colonização da América esse tipo de caracterização passa a ter também uma conotação racial. Desde de então, segundo o referido autor identidades sociais novas emergem, como indígenas, negros, mestiços e frente a essa conjuntura o europeu se autodetermina como o modelo de ser humano a ser seguido. O emergir desse padrão auxilia na formatação de um novo modelo a ser imitado, que se trata do europeu branco, o considerado civilizado.

Nesse contexto, o ser humano dotado de racionalidade é o europeu, já que este possui condições de dominar a natureza e aqueles que não se encaixam nessa lógica são considerados primitivos, pois se conectam com o estado de natureza. Conforme Quijano (2005), permanece então uma das maneiras de legitimar as ações realizadas para domínio da população negra. Percebe-se o insurgir de uma nova divisão do trabalho: a racial, na qual determinadas funções são definidas de acordo com a cor da pele das pessoas. Essa estrutura é estabelecida pelo europeu que segue no comando e subjuga negros, mestiços e indígenas.

Essa maneira particular de eleger os considerados inferiores e superiores ajudou a imprimir a ideia de que brancos europeus deveriam ser remunerados ao exercer atividades laborativas, em contrapartida os colonizados, considerados inferiores, deveriam ter o resultado de seu trabalho totalmente expropriado. De acordo com essas perspectivas, as pessoas negras e povos originários, deveriam ser tratados como propriedade que poderia ser disposta, bem como os recursos naturais de seu território de origem.

Apreende-se que essa lógica de divisão racial se espalha para variados campos sociais além do trabalho e assim ocorre a aceitação de um sistema cultural europeu que passa então a determinar uma religião a ser seguida, bem como todo um sistema de conhecimento científico que começa então a ser validado, nesse cenário o que é produzido por outros tende a ser ignorado ou apropriado pelo dominador. Frente a essa conjuntura a



Europa adquire uma centralidade mundial e a linha temporal da história passa a ser definida de acordo com o padrão de desenvolvimento europeu.

Para Quijano (2005) dissertar sobre o domínio da subjetividade dos indivíduos, bem como do domínio cultural é referir-se ao etnocentrismo que promove as bases para o eurocentrismo. Enfim, o racional, o belo, o moderno baseia-se em parâmetros europeus. Emerge nesse contexto as propostas estabelecidas na Europa, como por exemplo o liberalismo que passa a ser a doutrina econômica a ser seguida. Sobre o eurocentrismo, enfatiza o autor que:

[...] é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvidas mais velhas, ou mesmo mais antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América (QUIJANO, 2005, p.126).

Os apontamentos até então realizados permitem afirmar que para Quijano (2005) o eurocentrismo dá a tônica para a distensão do capitalismo europeu para o restante do mundo.

Importante mencionar que só a partir do domínio da América é que essa forma de produção se torna a dominante. Enfim, percebe-se que a manifestação do capitalismo na América depende de variados aspectos que se relacionam a distintas realidades, seja no que se refere as relações estabelecidas para a produção, bem como em relação as distintas etnias que aqui se arrolaram.

Os aspectos que se referem a nossa colonização até então pontuados permitem afirmar que para uma análise que envolve a classe trabalhadora há que se superar quesitos que se ligam ao eurocentrismo que nos apresenta uma classe trabalhadora com características europeia. É por isso que o conceito sobre racismo estrutural é tão importante para pensarmos a realidade brasileira, tanto na esfera histórica, que provém da herança do colonialismo, tal como no que se refere suas diferentes expressões na conjuntura atual, pois,

[...] racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea. [...] (ALMEIDA, 2021, p. 20-21)



Portanto, a composição dos trabalhadores brasileiros se conecta a uma história de relações sociais marcadas pelo colonialismo, pelo racismo, pela escravização e pelo genocídio indígena, conforme pontua-se no tópico a seguir.

2.1. A questão social e as disparidades raciais no Brasil

Frente a constatação da múltipla composição da classe trabalhadora no Brasil, logra evidência o entendimento de Octavio Ianni (1991) sobre a questão social, uma vez que o autor inclui aspectos concernentes a questão racial como forma de explicar a realidade brasileira. Aponta o autor que a instauração da República passando pelos distintos governos que se seguiram a questão social: [...] Reflete disparidades econômicas, políticas e culturais, envolvendo as classes sociais, grupos raciais e formações regionais. Sempre põe em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e do poder estatal.” (IANNI, 1991, p.03)

A partir da década de 1930 e principalmente a partir 1950 a industrialização se acentuou bem como a urbanização e assim a economia brasileira cresceu, porém, a distribuição de renda continuou desigual, pontua Ianni (1991, p.3) que “[...] Enquanto a economia cresce e o poder estatal se fortalece, a massa dos trabalhadores padece”. Essa constatação leva a compreensão de que a questão social traz elementos de desigualdade, uma vez que há uma discrepância entre os indicadores econômicos e os indicadores sociais do país o que revela a existência de uma dualidade em nossa sociedade. Demonstra ainda que o avanço do capital e o fortalecimento do Estado se dão a partir da exploração dos trabalhadores, exatamente aqueles que são os mais afetados pelas expressões da questão social.

Conforme o autor, a questão social apresenta em termos estruturais desigualdade e contradições. O desenvolvimento do capitalismo é responsável por migrações de trabalhadores do campo para os centros urbanos, estes buscam por melhores condições de vida, ao longo do decorrer histórico as condições de mobilidade populacional são determinadas pelas diferentes etapas de reprodução do capital. Todavia as reivindicações por acesso a direitos a empregos, melhores salários, condições dignas de trabalho, regulamentação trabalhistas, habitação, educação, saúde, direitos políticos e de cidadania permanece ativa, no campo ou nas cidades.

Segundo Ianni (1991) os elementos que compõem a questão social são variados e frente a isso acabam por suscitar variadas e antagônicas explicações. Alguns a ligam ao desemprego, a marginalidade, a violência, há os que citam a necessidade de apaziguar as relações entre trabalho e capital, existem os que citam atos contestatórios, greves,



revolução. São mencionados aspectos fundamentais da desigualdade social que atravessam o país, porém algo é comum e refere-se ao reconhecimento de que a questão social se situa na base dos movimentos que ocorrem na sociedade.

Destarte, pontua Ianni (1991) que a elite dominante tem problemas no que tange os posicionamentos que devem assumir frente as reivindicações populares e a resposta ofertada é a repressão tanto preteritamente, quanto na atualidade.

E ainda pontua Ianni (1991) que existe no imaginário social uma culpabilização que transfere as vítimas do modo de organização societal o ônus de sua situação,

Muito tempo depois, praticamente um século após a Abolição da Escravatura, ainda ressoa no pensamento social brasileiro a suspeita de que a vítima é culpada. Há estudos em que a “miséria”, a “pobreza” e a “ignorância” parecem estados de natureza, ou da responsabilidade do miserável, pobre, analfabeto. Não há empenho visível em revelar a trama das relações que produzem e reproduzem as relações sociais (IANNI, 1991, p.06).

Ainda esclarece o referido autor que inúmeros estudos mencionam que as desigualdades sociais trazem nas entrelinhas a perspectiva de que os indicadores econômicos não acompanham os sociais por conta de incapacidades das populações carentes em se manter por conta própria. Esse tipo de teoria não apresenta de maneira objetiva quais são as causas da miséria e reforçam a perspectiva da existência de dois “brasis”: um desenvolvido, moderno, outro subdesenvolvido, portanto diferentes, mas que permanecem em relação. Ianni (1991) cita Helio Jaguaribe e explica que para o mesmo, uma das causas desse dualismo social advêm pelo modo que houve a abolição da escravização, sobre essa situação esclarece o autor que:

[...]Estranhamente, no entanto, explica esse “dualismo” sem demorar-se nas suas reciprocidades. Sequer alude a que um é condição do outro, apenas lembra a origem desse estado social: viria do modo que se deu o término da “servidão”. A rigor, esta parece ser a origem do segmento “primitivo” da sociedade nacional: “Não se levou em conta a necessidade de assistência especial, em matéria de educação e de outras facilidades, para incorporar ex-escravos e suas famílias as condições aptas a lhes permitir o pleno desfrute da cidadania. A reprodução familiar da ignorância e da miséria manteve, assim, no curso das quatro gerações que nos separam da abolição, o dualismo básico entre participantes e excluídos dos benefícios da civilização brasileira [...]” (IANNI, 1991, p. 6).

Segundo Ianni (1991) a impressão é que a partir da abolição que é iniciado o desenvolvimento da miséria e da ignorância. A tese apresentada por Jaguaribe leva a entender que as pessoas que acabaram de sair da escravidão que atrapalhavam as possibilidades de crescimento do Brasil. Porém cabe mencionar que, como temos demarcado ao longo desse artigo, as situações de desigualdade ocorrem a partir de processos que envolvem condições próprias do capitalismo, nesse sentido progressos



econômicos das elites dominantes acabam por provocar pauperismo aos trabalhadores, nesse sentido há toda uma estrutura que promove a desigualdade social e racial.

Destaca o autor que existem variadas tentativas de naturalizar a questão social, mas ele destaca duas. A primeira refere-se a tentativa de reduzir as expressões da questão social em problemas unicamente da assistência social. E a outra refere-se a transformar as demandas sociais em situações que decorrem da violência e do caos social e a resposta nesse cenário é a segurança e a repressão. Essas ações revelam uma criminalização da questão social que, segundo Ianni (1991), leva segmentos populacionais a serem responsabilizados e ainda parte do pensamento social do país fundamentam esse tipo de ação que servem de base para a implementação de políticas que criminalizam grupos de pessoas que pertencem a classe subalterna.

Nota-se então para Ianni (2005) que para o alcance da cidadania, bem como para o alcance de uma transformação da sociedade, é necessário pensar o país em uma perspectiva que inclua as classes sociais e para tanto há que se levar em conta as contradições da história assim como as contradições étnicas, regionais e culturais. Segundo ele, ao se pensar em questões relativas a contradição capital versus trabalho, bem como a questão de gênero e sobre a natureza há que se equacionar a questão regional e a racial, pois estas referem-se a problemas que afligem parcela significativa da população, mas que as classes dominantes não demonstram interesse de resolução. Além disso, acabam por mascarar ou reprimir as situações que envolvem as mesmas usando variadas formas de violência.

No decorrer de nossa história, a questão étnico-racial sempre esteve presente, inclui-se aí o indígena, o africano, o português o espanhol e os diversos imigrantes que aqui desembarcaram. Porém segundo Ianni (2005, p.10) há que ser evidenciado os descendentes dos negros escravizados, “marcados pela diáspora e pelo holocausto” e que são a maioria da nossa população e assim compõem a maior parte da nossa massa de trabalhadores.

E ainda a hierarquização que se fez presente nas senzalas é um aspecto há ser destacado, pois facilita o desenvolvimento de uma cultura política baseada na autocracia, na qual os trabalhadores devem ser tutelados, controlados e confinados, então esse *modus operandi* serve para além do sistema de escravização. Ele é revigorado com auxílio de leis e por intermédios de teorias sociais que se baseiam por exemplo no darwinismo social entre outras.

Há que se destacar ainda que o racismo vai sendo recriado conforme o avançar da história brasileira até chegar nos tempos atuais, nos quais o ambiente de trabalho assalariado também representa um local marcado por lutas, mas também de reprodução de



preconceitos, intolerâncias, e até mesmo de segregação, nessas circunstâncias o preconceito racial converte-se em uma importância técnica de controle e dominação.

Informa o autor que os setores dominantes, aí incluem-se as elites, componentes do clero, das forças armadas e até mesmo intelectuais acabam por elaborar e difundir mitos. Por exemplo pode-se destacar a ideia de que a história da formação da sociedade brasileira é composta por “revoluções brancas” ou que situações de conflito são resolvidas pela conciliação, que o brasileiro é cordial, não gosta de contendas, que o Brasil é composto por uma democracia racial, é como se não existissem conflitos ou que estes não são tão graves. Vê-se, portanto que a ideologia dominante se renova ao longo do tempo e para além é como se esta tivesse condições de resolver problemas, ajustar arestas e antagonismos, em meio a isso a violência avança pela vida cotidiana.

Essas são questões se colocam em nosso cotidiano e açambarcam a questão social e ainda demonstram que a população negra é uma categoria social fundamental. A drástica conjuntura vivenciada ao longo da sua história até a atualidade confirma a importância de sua participação para a transformação da sociedade. Nós idos de 1978 afirmava Ianni a partir de Mariátegui³ (1961) que a realidade da luta de classes tem características particulares quando os explorados pertencem em sua maioria a um dado segmento populacional e os exploradores pertencem em sua maioria a outro.

Salienta o referido autor que o capitalismo apresenta uma capacidade de controle, disciplina e repressão como forma de enfrentamento às desigualdades sociais que afetam a população negra. Porém não tem exibido condições de definir soluções de acordo com as necessidades dos oprimidos, dessa conjuntura então emergem as situações de tensão entre as classes. Em meio a esse panorama recentemente na história da sociedade brasileira algumas situações merecem destaque, como por exemplo o aprofundamento do conservadorismo e de políticas econômicas que privilegiam o mercado em detrimento da classe trabalhadora.

De acordo com Silva (2022) a intensificação da crise capitalista e a acentuada aplicação de políticas voltadas ao atendimento do mercado faz com que maneiras de controle social, violências e disparidades sociais sejam intensificadas o que repercute no acirramento de questões raciais e de gênero e ainda o país apresenta posição de destaque em relação ao ranking de indicadores de violação de direitos humanos.

³ José Carlos Mariátegui, considerado o precursor do marxismo latino-americano [...] Seu livro, Sete ensaios de interpretação da realidade peruana, publicado em 1928, é apontado como o mais influente, original e inovador estudo do processo histórico de uma nação realizado por um intelectual na América do Sul. Há quem afirme que a publicação dos Sete ensaios marca, de fato, a data de nascimento do marxismo na região. Afinal, Mariátegui, ao contrário de muitos, não “copia” ou “transfere” mecanicamente sistemas teóricos europeus para sua realidade, mas realiza, na prática, o primeiro esforço bem-sucedido para “nacionalizar” o arcabouço teórico de Marx em nosso continente (PERICÁS, 2010, p.335).



A referida autora esclarece que a maioria dos trabalhadores, se encontram em situações econômicas desfavoráveis, e que nesse interim tem que lidar de modo mais próximo com as situações que decorrem em consequência do ajuste estrutural da economia, a maior parte das pessoas nessa situação é negra, pobre e feminina, a seguir destaca-se questões que referem-se as desigualdades raciais e a conjuntura política no Brasil.

2..2 Recrudescimento do racismo estrutural a partir dos governos Temer e Bolsonaro

Ao se tratar de questões que referem-se ao modo como o Estado brasileiro vem enfrentado as situações de crise e como o mesmo acaba por imputar a população pobre a culpa pelas desigualdades sociais, pode-se pontuar que inverte-se a lógica a luta contra a violência tem se convertido em luta contra os pobres.

Wacquant (1999) entende a criminalidade como uma das expressões da questão social e ainda faz alusão a realidade da sociedade capitalista no que tange os elevados índices de criminalidade e do encarceramento em massa que vem ocorrendo nos países periféricos. O referido autor destaca que o contexto de aplicação de medidas neoliberais nos países em desenvolvimento faz com essa situação alcance níveis alarmantes e nesse cenário o Estado tem assumido cada vez mais funções repressoras, o caráter é de um Estado penal.

Sinaliza Wacquant (1999, p.6) que o Brasil apresenta elementos que precisam ser mencionados quando pensamos sobre o encarceramento. Refere-se à disparidade entre as classes, a questão étnico-racial e a discriminação em relação a cor da pele presentes nas instituições jurídicas e nas forças armadas e acrescenta que a população negra sofre constante vigilância por parte das instituições jurídicas, que tende a impor penas mais duras que para as pessoas brancas e ainda [...] Penalizar a miséria significa aqui “tornar visível” o problema negro e assentar a dominação racial dando-lhe um aval de Estado.

Bento (2022) acrescenta que estamos vivenciando um período de acirrada polarização social, incitada pela disparidade de raça e gênero que segue em ampliação devido as políticas de ajuste de cunho neoliberal, a autora ainda cita a renomada filósofa Marilena Chauí que complementa essa afirmação afirmando não se tratar somente de transformações históricas do capitalismo, mas sim de um novo modo de totalitarismo.

E sobre o desenrolar desse assunto esclarece Xavier (2020) que desde 2008 quando se acentua uma crise global em todo o mundo avolumam-se os movimentos conservadores alicerçados em ideias de supremacia branca e crítica aos direitos humanos, bem como intensificam-se os discursos de condenação a ação do Estado enquanto ente regulador de políticas sociais. Essas ações são calcadas em ideais ultraliberais que se alastram a partir



daí e há a emergência de perspectivas conservadoras nos mais variados países e com isso partidos de esquerda sofrem derrotas e acabam perdendo espaços políticos.

Para Xavier (2020) o Brasil não sai ileso, reforça que desde de 2014 o país vem sendo impactado por transformações econômicas, políticas e sociais, além de sofrer as consequências da crise econômica de 2008. No ano de 2016 a presidente Dilma Rousseff reeleita democraticamente, sofre um processo de *impeachment* e, como consequência, foi destituída do poder. O vice, Michel Temer, assume a presidência do país e, a partir de então, assiste-se ao dismantelar do resultado das lutas pela redemocratização do país, que aconteciam desde o período Militar (1964-1985). Foram muitos os retrocessos na esfera econômica e social,

O governo Temer reduziu e congelou os gastos nas áreas sociais (Emenda Constitucional nº 95 – chamada pelos opositores de PEC da morte) e empreendeu reformas trabalhistas (Lei 13.467/2017) alterando e flexibilizando os dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O Governo Temer deixa como herança, austeridade e um rastro de corrupção que o levou à prisão em 2019 na Operação Lava Jato (XAVIER, 2020, p.19).

A denominada Operação Lava Jato concentrou sua atenção a casos de corrupção no qual está envolta a Petrobrás. Trouxe consigo inúmeros elementos ilegais no que se referem aos tramites dos processos e canalizou seu foco nos membros do Partido dos Trabalhadores (PT). Dentre eles o então ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, que em 2018 acabou preso, sendo impedido de se candidatar as eleições daquele ano. De acordo com Xavier (2020) toda essa conjuntura acaba por repercutir em termos de instabilidade política o que contribuiu para intensificar uma onda conservadora que vinha sendo gestada por segmentos da elite inconformados desde 2003 quando o PT ascende ao poder pela primeira vez.

Para a referida autora esses segmentos não objetivam apenas a detenção do poder político, suas intenções se dilatam para a alteração da perspectiva de direitos, bem como para forma com o Estado vinha até então se portando em relação a políticas sociais e ainda esses grupos almejam que sejam retirados os empecilhos para o seu acesso a bens como recursos hídricos, florestas, terras, entre outros.

A partir de 2016 a 2022 o país passa a ser governado por governos de extrema direita, nesse cenário são realizadas políticas de ajuste econômico intensamente voltadas para o atendimento do mercado.

O Golpe Parlamentar de 2016 intensificou o processo de austeridade e ajustes fiscais, como forma de atender às determinações do capital imperialista. O período após o Golpe Parlamentar de 2016 caracteriza o desmonte das políticas públicas e a destruição e retirada de direitos, tendo como foco a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência (SILVA,2022, p.03).



Frente a essa conjuntura, e em meio a uma crise econômica, aliado ao fortalecimento de ideias conservadoras em um cenário de ofensiva aos direitos humanos no ano de 2018 Jair Messias Bolsonaro vence as eleições. Assume a presidência em 2019 e suas ações convergem para a diminuição do Estado no que tange a proteção social e os Direitos humanos, o mesmo coloca em prática uma reforma previdenciária que repercute em diminuição de direitos aos trabalhadores, promove a desregulamentação dos territórios indígenas e das comunidades quilombolas e ainda no seu governo são colocadas em prática medidas de desproteção a floresta amazônica e as inúmeras áreas de proteção ambiental, ainda são realizadas reformas que repercutem em diminuição da aplicação de políticas públicas sociais e até mesmo o fim de muitas delas. Ainda no Governo Bolsonaro ocorre:

[...] uma estratégia de militarização dos postos governamentais, como forma de sustentação política e de controle, mais de 20 ministérios passam a ter em seu comando militares das forças armadas; inclusive alargando a participação dessas forças em ações de controle social nos estados. A forte militarização também vem acompanhada da flexibilização da legislação do uso de armas para civis, promessa de campanha do então Presidente, com a desculpa de promover a proteção dos cidadãos e cidadãs (XAVIER, 2020, p.20).

Prossegue a autora sobre as ações do referido governo e explica que:

Faz parte desse projeto o ataque frontal aos grupos vulnerabilizados como a população negra, LGBTI, povos indígenas, mulheres. Os primeiros ataques desses setores dirigidos à população negra tiveram início ainda na campanha eleitoral e seguiram imediatamente a posse como presidente. O debate sobre a inexistência do racismo como causa estrutural das desigualdades raciais; as tentativas de desregular direitos da população negra, como a política de cotas nas universidades; o não reconhecimento dos direitos trabalhistas das trabalhadoras domésticas; a criminalização dos negros, sobretudo dos jovens; o tratamento com inferioridade e a veiculação de imagens simbólicas de negros subordinados como a do deputado Hélio Fernando Barbosa Lopes (Hélio Bolsonaro), fazem parte do repertório perverso desses setores. Ainda no intuito de afirmar o desprezo pelo debate sobre a questão racial, o Presidente empossou, recentemente, Sérgio Camargo como presidente da Fundação Cultural Palmares. O órgão foi criado em 1988 e está voltado para estimular, integrar, preservar, proteger e disseminar as culturas negras; inclusive a de acompanhar o reconhecimento das comunidades quilombolas. Sérgio Camargo trata a questão racial como uma falsa questão, não acredita que existe racismo no país e chama o movimento negro de “escoria maldita” (XAVIER, 2020, p.20).

Todos esses ataques impetrados contra a população negra, pontua a autora, só potencializaram a violência, a morte e o descaso no atendimento as desigualdades raciais. Bento (2022) acresce que durante o governo Bolsonaro ocorre o aprofundamento do desmonte de direitos trabalhistas, bem como de direitos relacionados a sindicalização de trato coletivo e ainda ocorre o enfraquecimento de instituições públicas como por exemplo o Ministério do Trabalho, essas ações visam a contenção da classe trabalhadora e o



enfraquecimento de todos os canais historicamente alcançados que promoviam diálogos e conquistas de direitos a classe trabalhadora. Um exemplo da piora nas condições de vida dos trabalhadores, de acordo com Bento (2022) trata-se na ampliação do trabalho “uberizado”.

A Alma Preta, agência de jornalismo especializada em temática racial, destaca que jovens negros têm “uberização” do trabalho como uma das poucas alternativas ao desemprego, compondo, por exemplo, 71% dos entregadores ciclistas de aplicativo, segundo pesquisa da Aliança Bike. (BENTO,2022, p.118)⁴

Ainda, segundo a autora, há que se lidar com as consequências da reforma da previdência e o congelamento dos gastos públicos que será de 20 anos. Todos esses fatores acabam por incidir em enxugamento de políticas públicas que tem como alvo de atendimento à população mais empobrecida. Ainda em meio a esse contexto, em março de 2020, chega ao Brasil uma pandemia que se alastrava ao redor do mundo, trata-se do Corona vírus (Covid 19). A partir de então são determinadas ações de quarentena pelo país, apenas os serviços considerados essenciais permanecem em funcionamento, o objetivo era evitar que o sistema de saúde entrasse em colapso, essas ações acabaram repercutindo em desempregos e dificuldades principalmente para a população pauperizada que não podiam exercer suas atividades laborais.

Frente a essa realidade evidenciou-se uma crise sanitária devido à ausência de condições relativas a prevenção, seja pela necessidade de trabalhar o quanto antes, bem como devido as restrições econômicas que afetam os mais pobres como por exemplo dificuldades em relação ao abastecimento de água ou mesmo a compra de álcool gel. Nesse contexto pandêmico além do descaso do Presidente Bolsonaro em relação a pandemia e o elevado número de mortes, outro aspecto também é perceptível e refere-se a questão racial.

A pandemia atingiu inicialmente uma população com condições muito favoráveis e foi dura mesmo neste grupo de pessoas brancas, ricas e com amplo acesso à saúde. Com a ampliação da contaminação para outros grupos, verificamos que ao desagregar os casos por raça/cor, mesmo em menor número, a população negra sofreu maior impacto. De 30 mil casos notificados como Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), confirmadas para COVID-19, analisados pelo Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS, 2020), a diferença na taxa de óbitos entre negros (55%) e brancos (38%) é assustadora (XAVIER,2020, p.22).

⁴ Guilherme Soares Dias, “As empresas nos tratam como lixo, apesar de dependerem de nós, diz entregador de aplicativo”. Alma Preta, 23 jul.2020. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/as-empresas-nos-tratam-como-lixo-apesar-de-dependerem-de-nos-diz-entregador-de-aplicativo>. (BENTO,2022, p. 144)



Percebe-se frente a esses apontamentos que apesar da questão social e suas manifestações reverberarem na vida de todos a população negra enfrenta desafios maiores. No entanto, vale destacar que toda essa conjuntura perversa ganha ares de esperança quando, após 580 dias privado de liberdade, Lula passou a cumprir medidas cautelares em liberdade no dia 8 de novembro de 2019. Após os trâmites jurídicos imbricados no processo teve suas condenações anuladas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pôde concorrer à eleição presidencial em 2022 da qual saiu vitorioso.

A partir de 2023 novamente o Partido dos Trabalhadores ascende ao poder no que tange a cadeira presidencial, porém a situação social do país é alarmante e os índices de desigualdade avolumaram-se no período em que o país esteve entregue ao mando de líderes conservadores. São muitos os desafios enfrentados e, como pontua Xavier (2020), muito embora a constituição federal de 1988 assegure variados direitos, os retrocessos vêm ocorrendo ao longo do processo histórico e ainda há um longo caminho para que oportunidades de igualdade sejam efetivadas, e nesse interim no que se refere a lutas sociais é importante salientar que o movimento negro continua combatente e resistente.

3. CONCLUSÕES

Muito se discute sobre a questão social e como a mesma tem se manifestado na realidade, porém resta evidente que não há apenas um significado e uma única interpretação sobre a mesma, além disso a partir dos pressupostos elencados nesse artigo tornou-se evidente a estreita vinculação entre a questão social e a questão racial e as consequências dessa relação para a população negra no país.

Destarte, os apontamentos realizados tornaram evidente que a questão social atravessa variadas esferas que compõem a vida em sociedade, ao longo do trabalho ressalta-se que Octávio Ianni dedica-se a entender aspectos importantes no que tange a formação socioeconômica do país. Nesse interim convém destacar o protagonismo que o autor estabelece para a questão social e como a população negra é arrolada nesse processo que inclui exploração e preconceito.

Os aspectos que se referem a nossa colonização pontuados permitem afirmar que para uma análise que envolve a classe trabalhadora há que se superar quesitos que se ligam ao eurocentrismo que nos apresenta uma classe trabalhadora com características europeia. A composição dos trabalhadores brasileiros se conecta a uma história de relações sociais marcadas pelo colonialismo, pelo racismo, pela escravização e pelo genocídio indígena.



E ainda convem mencionar que a partir dos governos Temer e Bolsonaro assiste-se ao acirramento das desigualdades sociais, o que desencadeia o aumento de situações de violência e conseqüentemente a mortalidade nos territórios periféricos dos centros urbanos no país se ampliam. Nesse cenário o desmonte de direitos que se dá a partir das reformas realizadas nas instituições e políticas sociais pelos respectivos governos impactam a vida da população negra que por conta de toda essa conjuntura tem suas condições de vida afetadas em meio a esse contexto ampliam-se os índices de encarceramento em massa, de repressão policial e o genocídio dessa mesma população se perpetua.

4.REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Ed. Jandaíra – (Coleção Feminismo Plurais), 2021.

BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. 1ª ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2022.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELO, Rodrigo. A “Questão Social” nas Obras de Marx e Engels. **Revista Praia Vermelha**. Rio de Janeiro, v. 20, n.1, p. 85-94, Jan-Jun 2010.

IANNI, Octavio. Artigo A questão social. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v 5 ,n. 1, 1991.

_____, et al. **O negro e o socialismo**. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

PERICÁS, Luiz Bernardo. José Carlos Mariátegui e o Brasil. **Estudos Avançados**, p.335-361, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/CvgqCsz6yQNHXPT9XBSFLb/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 16/03/2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005.

SILVA, Eliana Pereira. Lutas e Resistência de Mulheres Negras na Periferia da Zona Sul de São Paulo. **Revista Goitacá**, Campos dos Goytacazes,v. 1, n. 2, p. 01-14, jul-dez/2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagoitaca/article/view/56065> Acesso em 16/03/2024.

XAVIER, Lúcia. Racismo: criminalização e genocídio da população negra. Quando vamos começar a respirar? **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, v.18, nº 46, p. 18 – 37, 2020.

WACQUANT, Loïc. **As Prisões da Miséria**. Coletivo Sabotagem, 1999.